



UFPB
CAMPUS IV
Rio Tinto e Mamanguape

**ATA DA 04ª REUNIÃO
ORDINÁRIA - CCAE**

ATA DA 04ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, realizada no dia vinte e três de maio de 2024, à treze horas e meia, na Sala de Reuniões da unidade de Rio Tinto.

2 Aos vinte e três dias de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e meia, na Sala de Reuniões
3 da unidade de Rio Tinto do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, sob presidência do Prof. Joseilme
4 Fernandes Gouveia, diretor do CCAE, reuniram-se os conselheiros: Prof.^a Alessa Cristina Pereira de Souza,
5 chefe do DCS, Prof. Antônio Manoel Elíbio Júnior, coordenador de Antropologia, Prof.^a Cibelle da Silva
6 Santiago, chefe do DCSA, Prof. Emanuel de Abreu Silva, vice-coordenador de Letras Espanhol EAD, Prof.^a
7 Fernanda Barboza de Lima, coordenadora de Letras, Prof.^a Fernanda Marques de Almeida Holanda, vice-
8 diretora de Centro, Prof.^a Flávia Veloso Costa Souza, coordenadora de Ciências da Computação, Prof. João
9 Marcelo Alves Macedo, coordenador de Ciências Contábeis, Prof. José Fabrício Lima de Souza, coordenador
10 de Matemática, Prof. Kléber da Silva Barros, coordenador de Design, Prof. Leandro Lopes Pereira, chefe do
11 DDesign, Prof. Lincoln Eloi de Araújo, coordenador de Ecologia, Prof. Luis Gustavo de Sena Brandão Pessoa,
12 vice-chefe do DCSA, Prof. Marco Aurélio Paz Tella, coordenador da PPGA, Prof. Marcus Williams Aquino
13 de Carvalho, vice-corodenador de Sistemas de Informação, Prof.^a Michele Bianca Santos Dantas, chefe do
14 DL, Prof.^a Michelle Guerreiro Ferreira, coordenadora de Pedagogia, Prof. Osmar Hélio Alves Araújo, chefe
15 do DED, Prof. Rafael Luis Galdini Raimundo, coordenador da PPGEMA, Prof.^a Rosemary Marinho da Silva,
16 vice-coordenadora de Secretariado Executivo, Prof.^a Sandra Maria Araújo Dias, coordenadora de Letras
17 Inglês EAD, Prof. Saulo Emmanuel Vieira Maciel, coordenador de Administração. **1. ABERTURA:** a sessão
18 teve início com a presidente do Conselho, professor **JOSEILME**, saudando a todos os presentes e iniciando
19 a ordem do dia. **2. INFORMES:** O professor **JOSEILME**, presidente do Conselho, deu início agradecendo
20 publicamente a todos que colaboraram e participaram do III ELLIN (Encontro Nacional de Letras no Litoral
21 Norte da Paraíba), organizado pelo curso de Letras do departamento, e afirmou que o evento foi um sucesso.
22 Em seguida, a A professora **FERNANDA** informou que a direção do Centro está elaborando um evento
23 pedagógico para os professores, com módulos no início de cada semestre e reuniões para discutir temáticas
24 escolhidas. Reforçou que, no dia quatro de junho, um ofício deveria ser enviado convocando todos os
25 professores e no mesmo dia ocorrerá um evento online sobre acessibilidade, às quatorze horas. Reforçou que
26 o tema acessibilidade é importante pois o número de alunos está aumentando e talvez nem todos os professores
27 tenham conhecimento de como tratá-los. Deu continuidade, informando que, no que diz respeito às
28 licenciaturas, houve uma reunião, na semana anterior a esta, na SEADE, direcionada aos cursos EAD, onde
29 a professora Silvana da graduação e seus assessores tratou sobre algumas temáticas, e uma delas foi que todas
30 as licenciaturas devem receber o MEC esse ano. Reforçou que os cursos que irão receber o MEC devem ter
31 atenção aos PPC's, caso ainda não tenham sido submetidos. Por fim, informou que foi proposto o dia dez de
32 junho para acolhimento dos feras, embora não se saiba se terá ou não greve. A princípio, o acolhimento traria
33 um professor de estatística da UFPE que falaria sobre a inteligência artificial nas profissões, e como essa
34 interage no nosso dia a dia, dando enfoque aos cursos do CCAE. Em seguida, explicou que pretende fazer um
35 acolhimento mais específico para os estudantes ingressantes do primeiro período, para que tomem
36 conhecimento de como funciona o centro. O professor **JOSEILME** complementou, informando que é feito
37 um trabalho informativo para os estudantes ingressantes, mostrando todas as oportunidades que a UFPB
38 oferece. Ele destacou que o centro tem o propósito de passar em todas as salas de aula para dar apoio e reforçou
39 que as coordenações têm suporte caso desejem um suporte mais específico. Em seguida, o professor
40 **LINCOLN** questionou se o acolhimento aos feras seria dia dez, pois no mesmo dia haverá a reunião do
41 departamento. Em seguida, sugeriu que o evento fosse realizado através do SigEventos, para que os alunos
42 pudessem se inscrever e com isso gerar uma maior adesão, além de justificar um dia sem aula. A professora
43 **FERNANDA** informou que o acolhimento está pré-agendado para o dia dez de junho, e que poderia ser



44 realizado no SigEventos. Em seguida, o professor SAULO informou que, com relação a greve, na manhã
45 desta reunião, foi realizada a assembleia da ADUFPB, onde foi recusada a proposta do governo, juntamente
46 com o ANDES que também irá recusar, além disso foi antecipada a assembleia, que decidirá sobre a greve,
47 para o dia vinte e nove de junho. Dessa maneira, se for deflagrada a greve, deverá ser iniciada antes do início
48 do período. Com isso, professor JOSEILME lembrou que os professores, sindicalizados ou não, tem direito
49 a voto na assembleia que discutirá a deflagração da greve. Em seguida, a professora FERNANDA lembrou
50 que ocorrerá um treinamento, no dia vinte e sete de maio, ofertado pela GP, sobre a avaliação dos servidores.
51 Informou que pela manhã o treinamento será direcionado aos chefes e a tarde aos servidores. Em seguida, o
52 professor SAULO retomou a discussão sobre a greve e lembrou que a proposta do governo não foi alterada,
53 e que no dia vinte e sete de maio ocorreria uma nova rodada de negociações como o governou. Por fim,
54 informou que em algumas universidades os professores já entraram em greve, e que a tendência é que a UFPB
55 também entre. Em seguida, o professor LINCOLN relatou sobre um problema que enfrentou com um aluno
56 que havia sido pego pelo pela Polícia Federal e foi liberado para cursar ecologia no CCAE. Informou que o
57 problema ocorreu devido a chamada, pois o semestre iniciou em cinco de dezembro, o aluno estava
58 matriculado em três disciplinas e nenhum professor havia colocado presença ou falta nos alunos dessas turmas,
59 desde o início do período. Em seguida, falou sobre os termos de estágio e informou que pela lei o termo deve
60 ser assinado 30 dias depois do início do estágio. Em seguida, informou que consultou a PRG, que enviou
61 oficialmente um documento a respeito do termo e finalizou afirmando que a coordenação não assinará
62 qualquer termo fora do prazo. Por fim, lembrou que se o termo não estiver assinado o aluno poderá sofrer
63 algum problema, podendo também ocasionar problemas ao coordenador e ao orientador do aluno. Em seguida,
64 a professora FERNANDA informou que está sendo organizada uma assessoria de estágio e mercado, onde
65 serão convidados os coordenadores de estágio para realizar uma ação de cadastramento de convênios, trazendo
66 a possibilidade de maior acesso dos alunos aos estágios. Em seguida, o professor JOÃO MARCELO
67 informou que o aluno que está cumprindo alguma medida, principalmente privativas de liberdade, pelo fato
68 de ter matrícula, pode requerer o benefício de progressão de pena e sair da privativa de liberdade para a
69 restritiva, que é cursar a universidade presencialmente. Ressaltou, que em casos como esse é ideal pedir auxílio
70 a Procuradoria Jurídica. Em seguida, informou que a questão do registro das presenças impacta negativamente
71 os alunos indígenas que têm a bolsa permanência, pois o relatório é entregue de forma atrasada. Por fim,
72 lembrou que, no que diz respeito aos estágios, tem enfrentado problemas com os agentes de integração, e
73 reforçou que o estágio precisa necessariamente ser acompanhado por orientador. **3. APROVAÇÃO DA**
74 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024:** o presidente colocou em regime de votação a ata da 4ª
75 reunião ordinária de 2024, tendo sido aprovada, por maioria, com dezoito votos favoráveis e 7 abstenções dos
76 professores ANTONIO, LUIZ GUSTAVO, MICHELE BIANCA, FERNANDA BARBOSA, MARCO
77 AURÉLIO, ROSEMARY e FLÁVIA. **4. DISCUSSÃO SOBRE O TRANSPORTE DOS ALUNOS POR**
78 **PARTE DAS PREFEITURAS:** O professor JOSEILME iniciou ressaltando a pertinência da discussão
79 sobre o transporte dos alunos. Em seguida, a discente ÉRIKA, representante estudantil do DCE, informou
80 que, nos finais de período, a quantidade de alunos que precisam do ônibus que sai de João Pessoa para Rio
81 Tinto e Mamanguape diminui, e por isso diminui o quórum. Então, as prefeituras, devido ao baixo número de
82 alunos e por não atingir o quórum, não disponibilizam o transporte. Dessa maneira, os alunos não conseguem
83 realizar as reposições e provas finais. Em seguida, sugeriu ações para amenizar o problema, como a
84 possibilidade de realizar provas a distância ou atividades extras para complementação de notas. Ressaltou que
85 essas ações não seriam soluções para o problema, e que a solução seria que, independente do quórum, as
86 prefeituras disponibilizassem o ônibus, pois os alunos precisam ter acesso a universidade. O professor
87 JOSEILME informou que a prefeitura de João Pessoa apresenta uma resistência grande, e que já foram
88 marcadas reuniões para discutir o tema, as quais foram adiadas. Em seguida, o professor JOÃO MARCELO
89 informou que o problema comunicado à coordenação de contábeis é a ausência do envio de ônibus,
90 principalmente em feriados ou festas, pois os motoristas são direcionados a atender as demandas do município
91 e não da universidade. Em seguida, informou que já havia sugerido, em gestões anteriores, que a Direção de



92 Centro comunicasse à Prefeitura, à Secretaria de Educação e à Secretaria de Transporte, o expediente com o
93 calendário da universidade, informando início e término das aulas, feriados, e o que mais fosse pertinente. Em
94 seguida, lembrou que a universidade não é vista como algo importante para as prefeituras. Ressaltou que o
95 município de Guarabira é o mais estruturado, pois não usa em sua grande maioria, os ônibus do município.
96 Deu continuidade, reforçando a sugestão de que a Direção considerasse o envio do expediente. Em seguida,
97 lembrou que seu projeto de pesquisa, atua juntamente com as prefeituras, e podem ser levadas essas e outras
98 discussões para a prefeitura. Por fim, informou que, desmarcar as aulas devido a uma pequena quantidade de
99 alunos que não pode comparecer devido ao ônibus, abre precedente para que se repita mais vezes, acarretando
100 outras discussões. O professor **JOSEILME** informou que, desde que assumiu a direção, é enviado um
101 comunicado junto com o calendário acadêmico cerca de 15 dias antes do final do semestre, com um reforço
102 do comunicado 8 dias antes. Além disso, a comunicação também é feita com as prefeituras 15 dias antes do
103 final do período e reforçada 8 dias antes, destacando ainda a importância do período das provas finais. Por
104 fim, informou que é necessário identificar quais prefeituras estão com problemas em relação ao ônibus e fazer
105 a comunicação de maneira formal. Em seguida, ressaltou a importância de ter documentos que comprovem
106 realmente quais prefeituras apresentam um histórico de problemas na disponibilização dos ônibus. A seguir,
107 a discente **PAULA**, representante do Centro Acadêmico de Secretariado, informou que no início do período
108 o ônibus que traz os estudantes à universidade só seria disponibilizado após o carnaval pois as aulas não
109 haviam iniciado no município. Informou que apenas depois de fazer uma lista com os estudantes de sua cidade,
110 o ônibus foi disponibilizado, mas que outras cidades não conseguiram devido ao fato de que as essas não
111 seguem o calendário da UFPB. Em seguida, informou que questionou a prefeitura e mencionou que o
112 calendário havia sido enviado, mas a resposta recebida foi de que a disponibilização do ônibus era apenas um
113 favor. Por fim, sugeriu que os professores abonassem as faltas dos alunos que ficam impedidos de comparecer
114 devido a falta de ônibus. Em seguida, a aluna **ÉRIKA** informou que existe uma problemática em Rio Tinto e
115 Mamanguape pois não há mobilidade intermunicipal a noite. Ressaltou que, se os alunos não vierem no ônibus
116 da prefeitura, não há outras opções em aplicativos de transporte, como por exemplo o uber, além disso,
117 informou que a van que vem de João Pessoa para o Campus IV custa oitocentos reais enquanto a bolsa do
118 transporte para pela PRAPE é de quinhentos e oitenta e sete reais. Por esses motivos, a aluna sugere uma
119 flexibilização da didática. Em seguida, a professora **ALESSA** ressaltou que a questão é complicada já que os
120 professores não podem abonar a falta de um aluno que não compareceu à aula. Em seguida, ressaltou que o
121 problema é antigo e que não tem apresentado melhorias no curso de Antropologia. Informou que de um lado
122 os professores não podem passar atividades remotas ou abonar faltas pois poderia isso gerar um processo
123 administrativo, por outro lado não se pode fingir que o problema não existe. Em seguida, informou que alguns
124 alunos saem mais cedo pois o motorista do ônibus informa que vai embora, impondo ao aluno o horário de
125 sair. Ressaltou que é importante lembrar que a prefeitura e os motoristas não estão fazendo um favor, pois está
126 sendo utilizado dinheiro público. Finalizou dizendo que deveria ser tomada uma medida mais institucional,
127 como convocar os representantes de todas as prefeituras, de forma geral, para uma reunião com docentes e
128 discentes para que se possa dialogar e expor esses problemas. E seguida, a discente **ÉRIKA** ressaltou
129 novamente que o problema mais sério é a falta de mobilidade urbana em Mamanguape e Rio Tinto e sugere
130 que seja convocada a empresa Viação Rio Tinto, que é a única que realiza o transporte intermunicipal entre
131 essas cidades, como forma de alternativa aos ônibus da prefeitura. O professor **JOSEILME** informou que é
132 importante notificar as prefeituras e registrar as ocorrências de forma oficial, gerando documentos, para cobrar
133 um posicionamento mais efetivo por parte delas. Por fim, ressaltou que é necessário identificar a prefeitura e
134 o motorista envolvidos, pois um fato semelhante ocorreu anteriormente e foi resolvido ao tratar a questão do
135 motorista que saía mais cedo, resolvendo o problema. Em seguida, o professor **LINCOLN** ressaltou que para
136 tornar a reunião mais efetiva poderiam ser convidados outros entes federativos com mediação realizada pelo
137 Ministério Público, onde se possa formalizar um acordo, e com isso ter a quem recorrer, já que prefeitura e
138 secretário mudam. Com isso, o professor **JOSEILME**, reforçou que é necessário a formalização das
139 reclamações e geração de documentos para embasar as acusações e sugeriu a documentação dos fatos e



140 convocação de uma reunião no semestre seguinte com os representantes das prefeituras. Em seguida, a
 141 professora **ROSEMARY** informou que fez um levantamento das leis e viu que no Senado há uma PL, 4.196
 142 de 2023, que irá regular o transporte escolar universitário, que até então não era regulamentado. Em seguida,
 143 a professora informou que nessa PL há um adendo sobre o transporte para os estudantes de baixa renda, sem
 144 definir o que seria o estudante de baixa renda. Lembrou que a maioria dos estudantes do campus vem de uma
 145 realidade complexa, inclusive de vulnerabilidade social e de acessibilidade. Em seguida, informou que não
 146 apenas em Mamanguape e Rio Tinto, mas também no Vale, não há ônibus após as cinco horas da tarde. A
 147 seguir, informou que existe uma lei que regulamenta o transporte estadual e municipal mas não se fala de
 148 transporte universitário. Com isso, reiterou que a falta de regulamentação é uma lacuna, pois não há lei que
 149 diz que a prefeitura deve manter o calendário universitário, fazendo com que a disponibilização dos ônibus
 150 seja feita na base da boa vontade e na perspectiva de se manter no poder referente a questão do processo
 151 eleitoral. Em seguida, ressaltou que a regulamentação é essencial, e que essa regulamentação pode ser feita
 152 com o Ministério Público ou em diálogo com a Câmara de Vereadores, após as eleições de dois mil e vinte e
 153 cinco. Por fim, destacou a possibilidade de consultar se há uma lei que regulamenta o transporte universitário
 154 no município de Guarabira, podendo ser usada como base para outras prefeituras. Em seguida, o professor
 155 **GUSTAVO** informou que existe uma legislação específica regulamentando o transporte universitário,
 156 baseada na legislação que garante o direito a educação. Em seguida, informou que, de forma emergencial,
 157 poderia se verificar quais são os pontos críticos que precisam de uma observação urgente e tentar minimizar
 158 esses prejuízos. Em seguida, o professor ressaltou que é necessário que a comunidade universitária cobre essas
 159 questões. A seguir, sugere a criação de uma ouvidoria do centro para as questões de transporte universitário,
 160 e também a criação de uma comissão, pois o problema é antigo e foge ao controle da universidade, passando
 161 por vontade política. Ressalta que uma forma assertiva seria convidar ao diálogo, pois apenas chamar e
 162 notificar não seria uma boa ideia, já que não passa pela vontade política. Com isso, a professora
 163 **ROSEMARY** ressaltou a necessidade de um instrumento de lei para que possa ser realizada a cobrança e a
 164 questão não fique dependente da vontade política. Em seguida, a professora **MICHELE BIANCA** informou
 165 sobre duas situações envolvendo alunos onde as dificuldades na questão de transporte não eram verdadeiras.
 166 Com isso, reforça a importância de se ter um registro das ocorrências, informando qual a prefeitura envolvida,
 167 disciplina e horário, para inibir situações que não são tão autênticas. Com isso, a professora **ALESSA** sugere
 168 a criação de um formulário online, onde as denúncias possam ser realizadas. Em seguida, informa que esse
 169 formulário seria disponibilizado para discentes e docentes, e que poderia ser preenchido de forma anônima.
 170 Em seguida, a discente **ÉRIKA** ressaltou que o Ministério Público deveria cobrar principalmente os municípios
 171 de Mamanguape e Rio Tinto a respeito da falta da mobilidade urbana, especialmente no período da noite. Em
 172 seguida, o professor **ANTÔNIO** informou que em hipótese alguma criará passivo jurídico contra si próprio,
 173 com formulários alegando que as aulas terminaram antes do prazo, descumprindo a carga horária de sessenta
 174 horas, em razão de fatores externos, podendo até gerar um processo administrativo. Em seguida, o professor
 175 **JOÃO MARCELO** informou que o correto seria comunicar o Ministério Público Estadual. Em seguida,
 176 informou que quem regula o transporte intermunicipal é o DER, Departamento Estadual de Estradas. Lembrou
 177 que já houve um reforço com pedido ao DER e à Viação Rio Tinto, para a disponibilização de uma nova linha
 178 ao final do horário noturno. Por fim, informou que na reunião que houve no passado com a secretária municipal
 179 de João Pessoa foi informado que houve uma alteração na legislação, que já permitia que o ônibus amarelinho
 180 transportasse os universitários à noite. Em seguida, o professor **SAULO** lembrou que desde 2006 não há
 181 mobilidade urbana entre João Pessoa, Mamanguape e Rio Tinto. Informou que, na época, foi solicitado à
 182 Viação Rio Tinto um ônibus, saindo de Rio Tinto às vinte e duas horas e vinte minutos, e logo após surgiram
 183 vans particulares que concorriam com os ônibus da Viação, fazendo com que esses deixassem de ser ofertados
 184 devido à baixa demanda. Em seguida, reforçou que deve ser realizada uma força tarefa em conjunto com
 185 Direção de Centro, coordenadores e chefes de departamento. Por fim, sugeriu ir às prefeituras e também fazer
 186 com que percebam os reflexos positivos que a universidade traz e que a disponibilização do transporte seja
 187 vista como uma responsabilidade e não um favor. Em seguida, o professor **MARCUS** informou que o



188 problema também se da no período da manhã. A seguir, deu o exemplo dos alunos saindo cada vez mais cedo
 189 para almoçar no Restaurante Universitário, para com isso ter tempo de pegar o ônibus após o almoço. Em
 190 seguida, o professor **JOSEILME** destacou os encaminhamentos discutidos na reunião, que seriam criar o
 191 formulário e fazer a convocação as autoridades competente junto ao fórum de coordenadores. Em seguida, a
 192 professora **ROSEMARY** reforçou que há um vazio, pois, as decisões tomadas na reunião do conselho são
 193 paliativas, e que o problema não foi resolvido pois não há legislação referente ao transporte escolar
 194 universitário. Com isso, o professor **JOSEILME** ressaltou que essa é, também, uma forma de procurar
 195 Deputados Federais para sugerir a criação de uma nova lei ou complementar alguma já existente. Em seguida,
 196 o professor **ANTÔNIO** solicitou que não fossem colocados os encaminhamentos em conjunto, pois, apesar
 197 de tratarem coisas em comum, cada um tem suas peculiaridades. A professora **ROSEMARY** sugeriu que a
 198 proposta de convite às autoridades também seja direcionada ao presidente ou à presidenta da Câmara de
 199 Vereadores. Em seguida, o professor **JOSEILME** colocou em votação a convocação dos representantes da
 200 prefeitura e presidente da câmara de vereadores junto ao fórum de coordenadores para discutir a problemática
 201 do transporte de alunos por parte das prefeituras, aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos
 202 favoráveis. Em seguida, o professor **JOSEILME** colocou em votação o segundo ponto que seria criar o
 203 formulário de notificação para ter o registro e poder notificar as prefeituras, aprovado, por maioria, votos
 204 contrários: **ANTÔNIO** e **ROSEMARY**. Em seguida, a discente **ÉRIKA** questionou se o formulário mantém
 205 oculta a identidade. O professor **JOSEILME** confirmou que a confidencialidade será mantida ao realizar a
 206 notificação à prefeitura. Em seguida, o professor **ANTÔNIO** reforçou que não existe anonimato na
 207 Administração Pública, e que a ouvidoria da universidade permite denúncia anônima pois há um regimento
 208 próprio para isso. **5. APRECIACÃO DE PROCESSOS AD REFERENDUM:** o primeiro processo
 209 apreciado foi apreciado o processo de nº 23074.022796/2024-31, interessados: José Laudelino de Menezes
 210 Neto e Roberto Menezes da Silva, relator: Michele Guerreiro Ferreira, assunto: Afastamento para o Pós-
 211 Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Física da Unidade Acadêmica de Física (UAF) da Universidade
 212 Federal de Campina Grande (UFCG), aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. O
 213 segundo processo apreciado foi de nº 23074.029859/2024-32, interessados: Renato Fonseca Livramento da
 214 Silva, relator: Antônio Manoel Elíbio Júnior, assunto: Afastamento de Longo Prazo para Realização de
 215 Estágio Pós Doutoral, aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. **6. APRECIACÃO DE**
 216 **PROCESSOS:** o primeiro processo apreciado foi o de nº 23074.034078/2024-94, interessado: Leandro
 217 Araújo Wickboldt, relator: Kléber da Silva Barros, assunto: Progressão Funcional Horizontal Docente - Prof.
 218 Leandro Araújo Wickboldt - Adjunto I Para Adjunto II, aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos
 219 favoráveis. O segundo processo apreciado foi o de nº 23074.029946/2024-11, interessado: Manoel Heleno
 220 Gomes da Silva, relator: Michele Guerreiro Ferreira, assunto: Afastamento no País (Docente), aprovado, por
 221 unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. O terceiro processo apreciado foi o de nº 23074.025314/2024-
 222 42, interessado: Lara Santos de Amorim, relator: Évio Eduardo Chaves de Melo, assunto: Solicita Progressão
 223 Horizontal da Classe Adjunto C Nível III (603) Para A Classe De Adjunto C Nível IV (604), aprovado, por
 224 unanimidade, com vinte e três votos favoráveis. O quarto processo apreciado foi o de nº 23074.032651/2024-
 225 17, interessado: Fernanda Marques de Almeida Holanda e Cibelle da Silva Santiago, relator: Lincoln Eloi de
 226 Araújo, assunto: Projeto De Criação De Novo Curso. Mestrado Profissional em Administração Pública Pela
 227 Rede Nacional - Profiap, aprovado, por unanimidade, com vinte e três votos favoráveis **7.**
 228 **ENCERRAMENTO:** o presidente agradeceu a presença de todos, despediu-se do Conselho e encerrou a
 229 reunião. Eu, Elloisy Andrade de Oliveira Almeida, Assistente em Administração, que secretariei esta reunião,
 230 lavrei a presente ata que, após ser lida, será devidamente assinada por mim e pelos Conselheiros Presentes.
 231 Rio Tinto, vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às treze horas e meia, de forma presencial.

232



